

ATA 1917ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO



Conselho Regional
de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crp06.org.br
website www.crp06.org.br

1 Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às nove
2 horas e trinta minutos, realizou-se a milésima noningentésima décima sétima
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo –
4 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 15 (quinze)
5 conselheiras/os, sendo estes efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os:
6 Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa,
7 Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Joari Aparecido Soares
8 de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Maria
9 Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Camila Teodoro Godinho, Lívia Gonsalves
10 Toledo, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Regiane Aparecida Piva e Sandra
11 Elena Sposito. Também esteve presente a gestora da Subsede Baixada
12 Santista, Mary Ueta e os gestores das Subsedes de Assis, Edgar Rodrigues e
13 Sorocaba, Danilo Gomes da Silva. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
14 ***Justificativas de Ausência*** - Foram consideradas as justificativas de ausência
15 das/os demais conselheiras/os: Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian,
16 Janaína Leslão Garcia, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Moacyr Miniussi Bertolino
17 Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Dário Henrique
18 Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Mirnamar Pinto da Fonseca
19 Pagliuso, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui. **II) NÚCLEO DE**
20 **PSICOLOGIA E DEFICIÊNCIA** - Foram convidadas para explanação do ponto
21 ao plenário as psicólogas colaboradoras deste CRP SP, Angela Godoy (Núcleo
22 Psicologia e Deficiência) e Ana Paula Hachich (membro do Núcleo de Justiça).
23 A Lei Brasileira de Inclusão foi promulgada em julho de 2015. Em seu artigo 2º.,
24 traz no parágrafo 1º. que a avaliação será biopsicossocial e interdisciplinar e no
25 parágrafo 2º. que o Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da
26 deficiência. Posto isso, o Ministério Público do Estado de São Paulo preocupa-
27 se com a limitação da autonomia cognitiva para tomada de decisão da pessoa
28 com deficiência. Também há a preocupação de como e quem fará esta
29 avaliação. Nesse sentido, o Ministério Público do Estado de São Paulo, por
30 meio do seu Núcleo de Apoio Técnico, promoveu reuniões com Conselhos
31 Profissionais e a Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP a fim de ajudar a
32 solucionar os dilemas trazidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que
33 está em vigor desde janeiro de 2016. Essa demanda foi conduzida pelo Núcleo
34 Psicologia e Deficiência do CRP. O grupo tem participado das discussões sobre
35 a quesitação, proposta pelo MPSP, através da representante Angela Godoy.



36 Esse GT suscita a importância de o CRP realizar ações na busca do
37 aprofundamento da discussão. Indica o Núcleo de Justiça do CRP e a
38 Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São
39 Paulo - AASPTJSP para também serem envolvidos e propõe desenvolver junto
40 às/aos psicólogas/os da justiça e as/os que fazem avaliação psicológica para
41 fins da curatela, uma discussão que vise à produção de uma orientação geral
42 às/aos profissionais. Considerações do Plenário: (i) a conselheira Regiane
43 Aparecida Piva, coordenadora do Núcleo de Justiça, esclarece que as
44 avaliações feitas por profissionais no Tribunal de Justiça são para as pessoas
45 com transtornos mentais. Sugere não aglutinar a discussão de avaliação para
46 fins da curatela, com as avaliações feitas por profissionais dessa área. (ii) o
47 conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho salienta a importância de se
48 construir um documento de orientação técnica para a categoria sobre o tema. O
49 Ministério Público espera um posicionamento, mas que não diz respeito a ser
50 dado apenas pelo CRP. O posicionamento sobre o tema envolve os demais
51 participantes, que integraram o composto LBI e Sistema de Justiça, que
52 passaram a distanciarem-se das discussões do coletivo. O Núcleo de
53 Psicologia e Deficiência não formulou proposta por falta de acúmulo, visto que
54 a pauta não envolve exclusivamente a quesitação e nem só psicólogas/os. O
55 tema é muito amplo. Entende-se que o CRP deve saber como a questão
56 impacta nos outros conselhos. Assim, sinaliza para a realização de reunião com
57 os grupos envolvidos na discussão no MPSP, além da solicitação de ampliação
58 de prazo para devolutiva ao Ministério Público. (iii) a conselheira Maria Ermínia
59 Ciliberti tece que o assunto reverbera nas diversas políticas públicas e em sua
60 opinião, não se deve especificar o público para discussão. Considera inviável
61 ao CRP elaborar uma nota de orientação sobre avaliação psicológica sem ter
62 diretriz. É imprescindível a produção de uma nota técnica com orientações
63 gerais que abranja a categoria nos diversos campos de atuação, mas antes de
64 decidir por esse caminho recomenda-se avaliar o tempo necessário, tendo em
65 vista o prazo de permanência da atual gestão. Com relação ao método de
66 colher contribuições cita que há dois eventos do CRP, já planejados. Ambos
67 podem, então, contemplar um momento de discussão para a produção de nota
68 técnica, porém se não for possível fazer/finalizar esse documento até agosto,
69 defende que haja outra estratégia de ação como, por exemplo, constituir um
70 grupo para debate permanente no formato de rodas de discussão objetivando a
71 produção de acúmulo, que ficará registrado para a próxima gestão. Há pessoas
72 de referência (não psicólogas/os) que poderiam ajudar nessa tarefa.
73 **Encaminhamentos: 1)** O plenário delibera que será enviada resposta ao
74 Ministério Público do Estado de São Paulo de forma propositiva, afirmando que



75 este CRP SP está iniciando a produção de uma nota de orientação às/aos
76 profissionais de Psicologia, em debate com a categoria, que aponte para os
77 princípios que historicamente vem sendo defendidos, desde o debate da luta
78 antimanicomial, no combate ao modelo de diagnóstico proposto pelo CID e na
79 defesa de uma outra perspectiva de abordagem das diferenças, apontando os
80 avanços que podem representar o diagnóstico funcional, assim como aqueles
81 representados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, e ressaltando que
82 reconhece a importância de abarcar um conjunto de profissionais para dialogar
83 numa perspectiva intersetorial. Orienta-se, também, que o ofício informe sobre
84 o entendimento deste plenário, no sentido de que se faz necessária a
85 continuidade e o aprofundamento do debate entre as entidades inicialmente
86 convocadas pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Sociais.
87 **2)** Deverá ser garantida a presença de representantes dos coletivos
88 assinalados (Núcleo Psicologia e Deficiência, Núcleo de Assistência Social, GT
89 Saúde Mental, Núcleo Saúde, Núcleo de Justiça, Comissão de Orientação e
90 Fiscalização, Núcleo de Educação e Núcleo Psicologia Organizacional e do
91 Trabalho) nos dois eventos do CRP: *Encontro Estadual “Psicologia, Deficiência
92 e Pessoas com Deficiência: Atuação Profissional sob a Perspectiva da Inclusão
93 Social e da Cidadania”*, que acontecerá no dia 25/07/2016, no Auditório do
94 Memorial da Inclusão, e *Você sabe o que é CIF? Questões da Psicologia a
95 partir das políticas de reabilitação e a sua relação com a CIF*, que ocorrerá no
96 dia 28/06/2016, no Auditório do CRP SP, a partir das 19h. Fica incumbida a
97 Secretaria de encaminhar, com urgência, a informação ao Departamento de
98 Eventos. Os coletivos acima citados também serão convidados para a reunião
99 de trabalho no dia 11 de julho, preparatória ao encontro com Pessoa com
100 Deficiência. **2.1) Sobre a abrangência da nota técnica** - Infere-se que esta
101 discussão se dá de forma diferente nos vários campos da Psicologia. Portanto,
102 que se inicie a proposta de construção da nota técnica, expondo, a partir do
103 acúmulo já construído pelo campo da luta antimanicomial e em debate com
104 essa discussão relativa a uma população também abarcada pela nova LBI, dos
105 avanços que representam o modelo funcional de produção de diagnóstico. É
106 preciso contemplar o levantamento da realidade (discussões nos eventos do
107 CRP), qual posicionamento para a avaliação, visto que existem várias
108 concepções teóricas e políticas. Neste momento, os argumentos que esta
109 gestão encontra para a produção da nota são a demanda do MPSP e o pleito
110 da categoria de psicólogas e psicólogos no estado de São Paulo. Sobre a
111 permanência do CRP SP no grupo de trabalho do MPSP, presume-se que o XV
112 Plenário (2016-2019) poderá avaliar se dará continuidade ou não.
113 **Encaminhamentos: 1)** Em relação à Nota Técnica esta gestão assume a ação



114 de produzi-la. O esboço da nota deverá ficar pronto rapidamente. O Núcleo de
115 Psicologia e Deficiência coordenará um grupo de trabalho *Ad Hoc* para auxiliá-
116 lo na condução do tema. A tarefa desse grupo será: a partir da aglutinação das
117 produções dos debates e discussões do CRP, produzir diretrizes que orientem
118 a categoria para atuar em relação à pauta; contemplando quais são os dilemas
119 e quais os projetos que, de acordo com os princípios éticos, orientarão as/os
120 profissionais. Como sugestão para compor o GT *Ad Hoc*, sugerem-se:
121 Faculdade de Saúde Pública (Departamento de Epidemiologia), Cassia Maria
122 Buchella (médica epidemiologia), Lineu de Paula, CRPs que têm publicações
123 sobre o assunto (CRP-02 e CRP-12 - psicólogo Adriano Memberg, UFSC); Alex
124 Reinecke (professor no Rio Grande do Norte) e Cris Biz, fonoaudióloga da
125 Baixada Santista. **2)** Solicita-se que a Comissão de Orientação e Fiscalização
126 acompanhe essas discussões. **3)** Considerando que a disputa mais forte nesta
127 área é da categoria e não dos serviços o plenário poderá, oportunamente,
128 sugerir nomes de pessoas dos serviços para compor o grupo. Fica estipulado o
129 prazo de uma semana para eventuais indicações ao grupo Ad Hoc. **4)**
130 Determinou-se também que será feita consulta ao jurídico sobre a quem cabe à
131 regulamentação da Lei, pois há dúvida se a Lei Federal pode ser
132 regulamentada em nível estadual. **2.2) Manifesto em Defesa da SNPD -**
133 **Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência** – Como não foi possível
134 discutir o ponto, decidiu-se que o manifesto em Defesa da SNPD - Secretaria
135 Nacional da Pessoa com Deficiência e a proposta de Nota em defesa da SNPD
136 serão enviados por e-mail ao plenário para manifestação favorável ou não. **III)**
137 **DELIBERAÇÕES FÓRUM DE GESTORES – 3.1) Calendário de Atividades -**
138 A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa retoma ao plenário a
139 apresentação dos encaminhamentos estabelecidos no Fórum de Gestores, de
140 04 de junho último, nas dependências do Novotel Jaraguá, cuja pauta única
141 tratou das ações do Planejamento Estratégico de 2016. Foi destacada a
142 agenda de atividades para o CRP SP, qual seja: Julho - Evento ECA -
143 Lançamento Relatório Fundação Casa; Agosto - de 01 a 06/08/2016 - Semana
144 de lançamentos descentralizados; de 08 a 13/08/2016 – Eventos de
145 lançamento do projeto História e Memória da Psicologia em São Paulo (2
146 vídeos e linha do tempo); de 15 a 20/08 e de 22 a 27/08 - sem atividades,
147 devido às eleições; de 29 a 03/09/2016 - Psicologia Todo Dia Todo Lugar
148 (Comemorações do Dia do Psicólogo). Setembro - Fechamento da Campanha
149 de Direitos Humanos e Entrega do Portal da Transparência. A respeito da
150 semana de lançamentos descentralizados, houve um esforço do Fórum de
151 Gestores pela regionalização das publicações. O critério para a definição da
152 Subsede foi de escolher pelo tema devido à concentração de discussão nas



153 regiões. Assim decidiu-se fazer um lançamento estadual em cada região no
154 estado de São Paulo, conforme segue: **1)** Psicologia Organizacional e do
155 Trabalho no Vale do Paraíba e Litoral Norte; **2)** Assistência Social em
156 Campinas; **3)** Psicologia do Esporte no ABC; **4)** Educação Inclusiva em
157 Sorocaba; **5)** Exame Criminológico / Sistema Prisional em Assis; **6)** Segurança
158 Pública em Bauru (indicado que seja dia 03/08/2016); **7)** Emergências e
159 Desastres em Ribeirão Preto; **8)** Livro Políticas Públicas e Cartilhas Populares
160 na região Metropolitana, considerando o evento que a conselheira Maria
161 Ermínia Ciliberti está organizando para ocorrer no Parque da Juventude, em
162 São Paulo; **9)** Livro Psicologia e Povos Indígenas na Baixada Santista e Vale
163 do Ribeira, e **10)** Livro Laicidade (perspectiva lançamento em outra região) em
164 São José do Rio Preto. Serão sistematizadas as ações que cada núcleo e
165 comissão deverão realizar em cada mês, com o orçamento para as mesas
166 resultantes das necessidades listadas, para repassar a todos. O plenário foi
167 aberto a considerações: (i) A conselheira Camila Teodoro Godinho fala sobre
168 seu descontentamento com relação ao esvaziamento do fórum. Houve
169 ausência de vários conselheiros e comissões gestoras que não estavam
170 representadas. Ainda assim, é preciso garantir o que foi decidido naquele
171 espaço. A respeito do lançamento dos livros, aponta que há publicações que
172 ainda não foram entregues. Assim, não será possível fazer esses lançamentos
173 no mês de agosto. Ocorrerão, então, na primeira quinzena de setembro. Sobre
174 o caderno temático da POT, informa que a data foi alterada para a última
175 semana de julho devido à realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, o que
176 impediria a participação de outros membros do núcleo no evento de
177 lançamento. Dessa forma, o dia 29 de julho é a nova data indicada para o
178 lançamento. (ii) A conselheira Regiane Aparecida Piva noticia sobre sua única
179 ausência no Fórum de Gestores, por motivo pessoal. Agradece ao conselheiro
180 Guilherme Luz Fenerich pelos temas do Núcleo de Justiça, postos no Fórum de
181 Gestores. Concernente à data do evento sobre Segurança Pública, coloca que
182 foi priorizada a agenda, podendo ser em 03 de agosto, na cidade de Bauru.
183 Cita a respeito do formato e convidados. Apresenta dúvida se serão lançados
184 os cadernos neste mesmo evento. Em relação à tiragem do Caderno de
185 Segurança Pública, pensou-se na impressão de aproximadamente 1.000. (iii) A
186 conselheira Maria Ermínia Ciliberti refere a respeito da data de realização do
187 evento que contemplaria lançamento de cartilhas sobre políticas públicas.
188 Estava organizando-o para o dia 06 de setembro de 2016 antes de se pactuar o
189 calendário organizado no Fórum de Gestores. (iv) O conselheiro Joari
190 Aparecido Soares de Carvalho pergunta como se deu a distribuição para
191 realização dos lançamentos nas regiões de Subsedes e manifesta preocupação



192 relativa à publicação da assistência social, a qual avalia estar com o conteúdo
193 magnífico. Justifica sua ausência no Fórum, que se deu devido à mudança de
194 calendário. (v) Foi explicado pela mesa diretora a respeito da distribuição das
195 Subsedes. Houve um esforço do Fórum de Gestores pela regionalização das
196 publicações, assim decidiu-se por lançar uma em cada região no estado de São
197 Paulo, o que será lançamento estadual. Para a região Metropolitana já se sabia
198 que o lançamento estadual dos cadernos sobre políticas públicas e as cartilhas
199 populares seria em São Paulo. O critério para a definição da Subsele foi de
200 escolher pelo tema devido à concentração de discussão nas regiões. Em
201 relação à data, a Diretoria tinha recebido do Crepop um pedido perguntando se
202 o evento do Parque poderia ser em 03 ou 06 de agosto. Foi informando que em
203 13 de agosto haveria sessão plenária ordinária, por isso, o entendimento da
204 Diretoria de que o evento se realizaria no dia 03 de agosto. No que tange aos
205 prazos, se desconcentrá-los serão pulverizados. Caso não seja possível ter os
206 textos prontos para lançar as publicações no início de setembro, indaga-se ao
207 plenário qual tempo teria para os lançamentos planejados. Além disso, houve a
208 preocupação de distribuir estes documentos e a apreensão por conta da
209 agenda de posse da nova gestão, a qual tem até 30 dias após as eleições de
210 27 de agosto de 2016 podendo antecipar a data. (vi) Questionou-se como estão
211 as produções listadas para o lançamento dos cadernos. Nesse sentido, deu-se
212 ciência ao plenário a respeito da relação das publicações informada pela
213 Comunicação. Ficou deliberado que parte do trabalho de diagramação será
214 terceirizada. (vii) A conselheira Marília Capponi esclarece sobre a Cartilha de
215 Álcool e Drogas, que já foi e será novamente lançada. O NADM optou por fazer
216 alguns lançamentos, como ação de rua (em Santos, Cracolândia e Suzano).
217 Ademais, seria realizado um evento grande do Crepop junto com o Núcleo de
218 Educação. Manifesta seu incomodo correlato a algumas situações que
219 aconteceram na plenária e faz defesa para que haja conversa sobre a questão,
220 pois envolve afetos e relações que precisam ser considerados. (viii) A
221 conselheira Camila Teodoro Godinho retoma a palavra, expondo que a
222 Comunicação tem feito todos os esforços para dar conta das publicações.
223 Como há várias para este final de gestão, foi elaborado novo cronograma entre
224 agosto e setembro. As/Os trabalhadoras/es do departamento da Comunicação
225 apontaram a necessidade de terceirização de parte do trabalho de
226 diagramação. Menciona os livros das políticas públicas e dos povos indígenas e
227 diz que caso não seja cumprido o prazo de entrega, não será possível para a
228 Comunicação efetivar o trabalho. Finaliza garantindo que os prazos para a
229 Comunicação serão executados. (ix) A conselheira Maria Ermínia Ciliberti
230 assinala que para o livro sobre Políticas Públicas será feito lançamento na



231 Câmara Municipal, se for possível no período indicado pelo Fórum. As cartilhas
232 populares sobre educação e álcool e drogas possivelmente terão lançamento
233 em Suzano. Aponta a necessidade de dar a devolutiva para as/os usuárias/os.
234 Isto se houver retorno rapidamente de quando ficará pronto o caderno para as
235 primeiras semanas de agosto. Com relação aos 35 Anos, a plenária deliberou e
236 quem está trabalhando no material é Odette de Godoy Pinheiro, Carmem Sílvia
237 Taverna e Maria da Graça Marchina. Não vê problema em juntar o lançamento
238 com a Campanha ou com a Memória da Psicologia. (x) Registrou-se sobre o
239 folder semestral com todos os eventos das Subsedes. O prazo é 1º. de julho,
240 assim todas as Subsedes e núcleos que tiverem atividades devem informar.
241 Possivelmente, outra publicação será terceirizada, no mês de julho, devido a
242 férias de membro da equipe da Comunicação. (xi) No que tange à cartilha da
243 educação, que tem a proposta de fazer o evento em Suzano, pergunta-se sobre
244 a possibilidade de realizar algumas rodas do ECA como evento, também, de
245 lançamento da cartilha. Foi esclarecido que sim, sendo possível haver
246 lançamento da cartilha sobre educação nas 6 (seis) rodas restantes da
247 Campanha do ECA. (xii) Indagou-se como serão formalizadas as atividades
248 que não foram realizadas e por qual razão. Deste modo, a mesa diretora
249 elucida que os núcleos e comissões responderão o que consideram importante
250 constar; além de ações planejadas e não realizadas, dizendo por quais razões.
251 O último jornal da gestão tradicionalmente traz uma prestação de contas e a
252 proposta feita é colocar em cada sessão do jornal as ações desta gestão. Na
253 próxima plenária (julho) será apresentado o boneco do jornal.
254 **Encaminhamentos:** Por todo o exposto, as/os conselheiras/os presentes
255 deliberaram que: **(1)** Todos os lançamentos de publicações serão mantidos de
256 acordo com o calendário apresentado no Fórum de Gestores. **(2)** Fica deferida
257 à contratação de empresa terceirizada para auxiliar o departamento de
258 comunicação do CRPSP no andamento disso, sob a justificativa da
259 necessidade de cumprimento do calendário. **(3)** As Rodas de Conversa do ECA
260 poderão também fazer lançamento de cartilhas. **(4)** Haverá lançamento do livro
261 das Políticas Públicas em evento a ser realizado na Câmara Municipal de São
262 Paulo. **(5)** Com relação ao Jornal de 35 Anos, quem está trabalhando no
263 material é Odette de Godoy, Carmem Sílvia Taverna e Maria da Graça
264 Marchina. O lançamento do Jornal Psi 35 Anos se integra com os eventos da
265 Linha do Tempo e dos vídeos do Projeto História e Memória. Poderão ser
266 chamadas pessoas de outras gestões para o referido lançamento. Fica
267 incumbida a conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa de ajudar a integrar
268 este trabalho. Todas estas atividades são comemorativas ao Dia do Psicólogo.
269 **(6)** Na próxima plenária será apresentado o boneco do jornal, contendo



270 prestação de contas acerca das ações desta gestão. **3.2) Folder Semestral** - O
271 CRP enviará folder semestral contendo todas as atividades (Sede e Subsedes)
272 que ocorrerão nos meses de julho, agosto e setembro. O prazo para enviar os
273 dados é 1º. de julho. **Encaminhamento:** Todas as Subsedes e núcleos que
274 tiverem atividades nos meses subsequentes devem informar imediatamente o
275 departamento de comunicação. **IV) NOTA TÉCNICA SOBRE ABORTO** - O
276 conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva explica que o foco da nota sobre
277 o aborto é orientar a/o psicóloga/o em como conduzir o atendimento quando a
278 pessoa chega a qualquer espaço ou rede de serviço informando do seu
279 interesse em realizar o procedimento para o aborto. Assim, procedeu com a
280 leitura do *Documento de orientação a psicólogas/os frente o atendimento de*
281 *mulheres em situação de interrupção de gravidez* e, ao final, foi dada a palavra
282 às/aos conselheiras/os. Os destaques feitos foram: o texto que compõe a
283 introdução pode estar um pouco inconsistente. A conselheira Gabriela
284 Gramkow indica que seu teor seja revisto e que se faça avaliação voltada ao
285 conteúdo, garantindo que esteja contemplado no restante do teor da nota.
286 Sinaliza também que se verifique com relação a abortos legais e ilegais,
287 alegando que a Nota não se destina exclusivamente ao campo da Saúde. É
288 importante abranger outras áreas como, por exemplo, casais adolescentes em
289 situação de gravidez indesejada, mas como estes casos envolvem risco,
290 quebra de sigilo, responsáveis legais, dentre outros, a mesa diretora sugeriu
291 que a Nota tenha apenas um recorte: mulheres adultas, acima de 18 anos.
292 Houve proposta de mudar o modo de organização da Nota. Onde se lê
293 considerações, que se modifique para considerando, à exemplo dos termos
294 utilizados em resolução. Propôs-se também a reprodução dos elementos
295 importantes na introdução, transformando-os em mais um 'considerando'.
296 Outras relevantes sugestões do plenário que deverão ser contempladas na
297 nota: **a)** exclusão das notas de rodapé com as legislações relacionadas ao
298 tema com destaque à Portaria no Ministério da Saúde que prevê o prontuário
299 de saúde como comprovação de violência. **b)** adequação dos termos: à
300 margem da sociedade; incidência de violência e morte - pode substituir por
301 classe e raça; futura criança não existe. Ressalta-se que criança também é
302 sujeito de direitos e desejos. **c)** citar a importância de que as situações de
303 morte e materna incidem mais sobre as mulheres pobres e negras; **d)** No
304 quarto parágrafo das considerações onde se diz: "...deve ser mostrado à
305 mulher que ela possui três alternativas..." substituir por: "Nessa situação cabe
306 à/ao psicóloga/o ponderar outras possibilidades e/ou construir caminhos
307 possíveis, refletir sobre a experimentação em processo de adoção legal,
308 vivenciar o processo de adoção em que se interromper o processo de aborto,



309 previsto em lei, quando pertinente”. **e)** Nos trechos que tratarem adoção, Marília
310 Capponi cita como fonte uma cartilha produzida pelo Tribunal de Justiça
311 referente a entrega voluntária que explica como o profissional deve proceder
312 nos casos em que a mulher chega ao espaço público e aventa a intenção de
313 não ter o bebê. **Encaminhamento:** O plenário delibera que o Núcleo de
314 Sexualidade e Gênero, juntamente com a Comissão de Orientação e
315 Fiscalização, contemplem no documento as alterações suscitadas e encaminhe
316 a nota para ampla divulgação à categoria. **V) PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**
317 – A conselheira Gabriela Gramkow e o webmaster, Adolfo Benevenuto,
318 reportam que o CRP trabalha com dois sistemas de dados. São eles: *Benner* e
319 *Implanta*. Para que o Portal da Transparência seja continuamente alimentado
320 seria necessário o auxílio desses sistemas. O sistema *Benner* precisa ser
321 constantemente atualizado, mas para cada fase há um custo para o CRP.
322 Como não foram feitas as últimas atualizações necessárias, a integração das
323 informações desse banco de dados para o Portal tem sido feita com dificuldade.
324 Com relação ao *Implanta*, igualmente existe dificuldade. O CRP pediu
325 orçamento para a contratação do módulo de serviço que favorecesse a
326 situação. Foi aprovado, mas ainda não houve andamento por parte da
327 *Implanta*. A situação atual é que ambos os sistemas não se conversam. A
328 aglutinação das informações do *Benner* e *Implanta* ajudará uma parte.
329 Resolvendo esses percalços, objetiva-se finalizar a integração de todos os
330 dados até final de agosto. A previsão é lançar o novo Portal da Transparência
331 em setembro por meio de uma audiência que faça debate com o tema. Será
332 divulgado no *facebook*. Há ainda uma proposta de produzir um tutorial em
333 vídeo orientando o profissional a acessar os dados no Portal e de um guia para
334 materializar o compromisso desta Gestão com a lei da transparência. Recordar-se
335 que o Portal da Transparência é em atendimento a uma determinação do
336 Tribunal de Contas da União que enviou comunicado a todos os Conselhos
337 Regionais informando a necessidade de adequação à Lei de Acesso à
338 Informação. Durante a Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras –
339 APAF, realizada em maio deste ano, o Conselho Federal de Psicologia noticiou
340 que a *Implanta* está oferecendo curso de capacitação *on line* sobre a
341 integração do site e de todos os sistemas da transparência, bem como que tem
342 esse módulo para vender. Os representantes do CRP SP questionaram o CFP
343 de não ter alertado os regionais sobre a questão com antecedência e
344 esclareceram que este CRP já investiu verba pública para o cumprimento da
345 demanda. Ainda que o CFP tenha dito isso de maneira informal, pois a diretoria
346 não recebeu nenhuma orientação formalizada, esta Gestão continuará com sua
347 ação planejada em prol do Portal da Transparência. Citou-se que tinha sido



348 convocada uma reunião de tesoureiros pelo Conselho Federal de Psicologia
349 para a semana de realização do IX Congresso Nacional da Psicologia, mas foi
350 adiada. Especula-se que ocorra no início de julho. Essa ocorrência se
351 caracteriza como mais um elemento para alertar esta Gestão de que o CFP não
352 está subsidiando os regionais para o atendimento da importante demanda.
353 Dando continuidade, Adolfo Benevenuto, webmaster, exhibe o novo *layout* do
354 Portal da Transparência. Tornou-o mais dinâmico, fácil de navegar e terá uma
355 ferramenta de envio de perguntas que serão direcionadas ao Gerente-Geral. O
356 prazo para resposta pelo CRP SP de qualquer questionamento é de 20 (vinte)
357 dias e 15 (quinze) dias para tréplica. Muitas informações ainda serão
358 adicionadas. Luciana Mantovani, coordenadora técnica interina da Comissão de
359 Ética, comentou que permanecem poucos dados da COE e que recentemente
360 encaminhou planilha mais completa para divulgação no Portal. A comunicação
361 está aguardando a solução dos sistemas para importar os dados para o Portal.
362 Acredita-se que até final de agosto esteja tudo integrado. Houve proposta de
363 fazer uma reunião de capacitação/orientação com os funcionários pontuando a
364 necessidade de se alimentar as informações às/aos responsáveis dentro do
365 prazo legal. O Portal da Transparência é uma ação prioritária desta Gestão.
366 Citou-se que aproximadamente 90% do que o TCU exige, o CRP está
367 respondendo. **Encaminhamento:** O plenário corrobora com a proposta de
368 lançamento do Portal da Transparência, programado para o dia 04 de julho, nas
369 redes sociais. Apresenta alterações para serem adequadas, a saber: **a)** Que o
370 modo de pesquisa da remuneração dos funcionários do CRP não seja somente
371 por nome, mas também por cargo. **b)** As atas das reuniões dos coletivos
372 organizados pela Gestão também devem estar disponíveis para acesso público,
373 igualmente como já se pratica com as atas das sessões plenárias ordinárias. **c)**
374 Na parte que traz informação relativa ao pagamento das ajudas de custo que
375 tem três categorias: Conselheiro, Comissão Gestora e
376 Representações/Convidados, modificar Comissão Gestora para Gestores e
377 adicionar uma forma de ter acesso ao valor geral pago para aquela categoria
378 correspondente. No mês de agosto será feita uma reunião com as/os
379 funcionárias/os sobre a importância e necessidade de o CRP atender às
380 exigências da Lei de Acesso à Informação, em adequação às normas do TCU e
381 que existe prazo na Lei para se cumprir quando o CRP receber
382 questionamentos. Para essa capacitação, Maria Ermínia Ciliberti indica
383 profissionais do próprio Tribunal de Contas da União. A gerência geral já está
384 com os contatos, mas pode-se envolver também a Corregedoria Geral da
385 União. **VI) RESOLUÇÃO CFP VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – O**
386 Conselho Federal de Psicologia encaminhou para apreciação e considerações



387 dos Conselhos Regionais de Psicologia, por meio Ofício Circular nº
388 090/GT/CFP, minuta de Resolução sobre Violência Doméstica contra a Mulher.
389 A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa explica que a proposta é
390 regulamentar os casos de comunicação externa de violência, com ou sem
391 consentimento da cliente, especialmente nos casos de violência doméstica
392 contra a mulher. A minuta foi construída por um Grupo de Trabalho, integrado
393 por representantes dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde e pelo
394 Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios com
395 vistas a discutir o tema dos limites do sigilo profissional em casos de violência
396 doméstica e familiar contra a mulher. As contribuições dos CRPs sobre a
397 minuta devem ser enviadas no prazo de 30 dias, a contar do recebimento do
398 ofício (10/06). Opina-se que a propositura apresenta alguns problemas, por
399 exemplo: Art. 1º. e alíneas com relação à obrigação de comunicação externa
400 para os órgãos de responsabilização criminal, independentemente de
401 autorização, de casos de violência e Art. 3º. e alíneas a respeito do que se
402 considera haver risco grave e iminente à vida da mulher, enumerando-se onze
403 hipóteses. O plenário foi aberto a considerações: (i) Houve concordância com o
404 exposto e é preciso considerar os movimentos sociais, além de diversos
405 segmentos envolvidos para ampliar o debate sobre a matéria. Igualmente se
406 faz necessário esclarecer com o CFP porque a resolução está sendo feita com
407 o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (ii) Defende-se que é papel
408 do Estado fazer resolução e não dos Conselhos de Classe e, por esse motivo,
409 a conselheira Maria Ermínia Ciliberti está impedida de votar nessa proposta de
410 resolução. (iii) Entende-se que um procedimento metodológico da categoria é a
411 audição direta desta. Foi citado outro documento que o CFP enviou como
412 parâmetro da atuação na área da assistência social, com consulta pública à
413 categoria e que será submetido à apreciação na próxima APAF. Neste caso,
414 não se nota diferença, pois a política é complexa. São elementos a serem
415 inseridos na resposta ao CFP. (iv) Deve-se questionar se o formato seria
416 mesmo o de resolução ou se não seria mais adequada uma nota técnica
417 conjunta. O papel do Conselho é delegação de papel executivo do Estado.
418 **Encaminhamento:** Diante das manifestações do plenário, deliberou-se que o
419 Núcleo de Sexualidade e Gênero (NSG) e a Comissão de Orientação e
420 Fiscalização (COF) preparem resposta ao CFP indagando se cabe resolução
421 para cada profissão ou se essas diretrizes não são reguladas pela política de
422 enfrentamento à violência contra mulher e o porquê esta resolução resulta
423 desse espaço de articulação. Em sendo confirmada a resolução, então serão
424 apontadas as preocupações deste XIV Plenário do CRP SP com o texto; assim
425 como, indicados os problemas que têm a resolução, as precauções sobre a



426 complexidade da temática, afirmando que a propositura deve ser debatida com
427 a categoria e referências da área. Deve-se apontar junto ao CFP o método para
428 debater o conteúdo deste documento. Apela-se para a importância da temática
429 e da complexidade do assunto. **VII) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - DIPLOMA**
430 **– 7.1) Apresentação do Relatório Final da Comissão de Sindicância sobre**
431 **Diploma, designada pela Portaria CRP-06 nº 017/15, de 07/07/15** - Trata-se
432 de Sindicância instaurada pela Portaria CRP-06 nº 017/2015, com a finalidade
433 de apurar possíveis irregularidades referentes à apresentação de diploma falso
434 neste Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06 e oportunizar
435 ao psicólogo (inscrito nesta autarquia sob o número 107930) a apresentação de
436 sua versão dos fatos com o intuito de garantir a ampla defesa e o contraditório,
437 nas formas e prazos previstos na portaria em questão. Foram designados como
438 membros da Comissão a conselheira Maria das Graças Mazarin de Araujo,
439 CRP nº 06/13604, presidenta, e como membros os conselheiros Joari
440 Aparecido Soares de Carvalho, CRP nº 06/88775 e Dário Henrique Teófilo
441 Schezzi, CRP nº 06/69246. A Comissão de Sindicância submeteu à apreciação
442 da plenária seu relatório conclusivo, entendendo, mediante todas as
443 informações obtidas ao longo do processo de sindicância, que não é atribuição
444 do Conselho Regional de Psicologia invalidar o diploma, mas tomar as
445 providências após a declaração de invalidade pela autoridade competente.
446 Assim sendo, conclui-se que não há alternativa se não propor a Plenária o
447 arquivamento da presente sindicância. **Encaminhamento:** O plenário aprova o
448 relatório da Comissão, decidindo pelo arquivamento do processo. **VIII)**
449 **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - DESAPARECIMENTO DE VALORES** – O
450 conselheiro Aristeu Bertelli solicita a dilação de prazo à plenária, para
451 continuidade dos trabalhos da Comissão. **Encaminhamento:** A plenária
452 sancionou a prorrogação do prazo para a Comissão de Sindicância sobre o
453 desaparecimento de valores até a sessão ordinária de julho (29/07), a qual
454 deverá apreciar o relatório final dos trabalhos. **IX) RECOMPOSIÇÕES DE**
455 **COMISSÕES E NÚCLEOS** – O conselheiro secretário José Agnaldo Gomes
456 anuncia aos presentes que será apresentada as propostas de alterações nos
457 coletivos da atual Gestão do CRP. Nesse momento, a conselheira Maria
458 Ermínia Ciliberti solicita que seja registrada sua abstenção nesta pauta.
459 **Subsede de Assis** – A Comissão Gestora da Subsede de Assis indica o
460 colaborador Nei Vinícius Hércules Rodrigues Miranda (CRP 06/68917) para
461 coordenador do Núcleo de Sexualidade e Gênero na Subsede. **Subsede de**
462 **Sorocaba** – Para compor a Comissão de Instrução da Comissão de Ética em
463 Sorocaba foram incluídas as seguintes psicólogas: Rosana Cathya Ragazzoni
464 Mangini (CRP 06/31837) e Ivana do Carmo Souza (CRP 06/90362). **Subsede**



465 **de Bauru** – Inclui-se a psicóloga Maria Orlene Daré (CRP 06/3330) enquanto
466 colaboradora para Oitiva na Subsede de Bauru e deixam de compor a
467 Comissão de Instrução da COE em Bauru: Éderson Ribeiro Costa (CRP
468 06/79301), Flávia da Silva Ferreira Asbahr (CRP 06/62796), Maurício Ribeiro de
469 Almeida (CRP 06/43802) e Silvana Almeida da Silva Lima (CRP 06/106890).
470 **Comissão de Ética** – Passam a integrar como colaboradores da COE as/os
471 seguintes profissionais: Claudia Cristina Lofrano Souto (CRP 06/44926),
472 Elenice Conceição de Santana (CRP 06/84741), Kleber Chaves Pereira (CRP
473 06/77678), Miguel Gambelli Lucas (CRP 06/83541), Patrícia Ferraz da Silva
474 (CRP 06/128866) e Ricardo Radin Bueno (CRP 06/95979). Deixam de compor
475 a COE os seguintes membros: Ana Carolina Ribeiro Andreasi Fantin (CRP
476 06/73254) e Paula Chieffi (CRP 06/72142) e, as/os colaboradoras/es: Andrea
477 da Costa Rolim (CRP 06/80424), Amanda Gonçalves Conde (CRP 06/99870),
478 Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini (CRP 06/60553), Fabiola
479 Matarazzo (CRP 06/32184), Flávia Roberta Eugênio (CRP 06/113673), Karina
480 Eleuterio Luis (CRP 06/90329), Ludmila Sterci de Oliveira (CRP 06/81888),
481 Maria da Piedade Romeiro de Araújo Melo (CRP 06/45952), Nancy Yasuda
482 (CRP 06/31842), Patrícia do Prado Ferreira Lemos (CRP 06/100721), Suzana
483 de Mello Contieri (CRP 06/61787) e Thiago Galassi Maraccini (CRP 06/96971).
484 **Comissão de Orientação e Fiscalização** – Passa a compor a COF, enquanto
485 colaboradora, a psicóloga Bruna Lavinias Jardim Falleiros (CRP 06/87314). A
486 plenária mantém a indicação de rediscutir sobre membros da COF também
487 integrarem a COE. **Comissão de Direitos Humanos** – Incluída a psicóloga
488 Jeanne Morais Neres (CRP 06/116108) como membro da Comissão de Direitos
489 Humanos. **Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho** – A alteração a
490 ser feita é a inclusão da colaboradora Carolyne Barbosa Vitorazzi (CRP
491 06/131170) e a exclusão do conselheiro Dario Henrique Teófilo Schezzi (CRP
492 06/12637), membro do Núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho. A
493 plenária de julho voltará a discutir sobre a inclusão da supramencionada
494 colaboradora, como membro. **Núcleo de Sexualidade e Gênero** – Incluem-se,
495 na condição de membros, os profissionais: Fausto Martins Geantomasse (CRP
496 06/81623) e Sara Raisa Araujo (CRP 06/131951). **Núcleo de Educação** – Na
497 condição de colaboradoras/es, as/os profissionais: Claudia Cristina Lofrano
498 Souto (CRP 06/44926) e Kleber Chaves Pereira (CRP 06/77678) passam a
499 compor o Núcleo de Educação. A plenária de julho voltará a discutir sobre a
500 inclusão das/os colaboradoras/es, na condição de membro. **GT Trânsito** – Na
501 categoria de membro, integram o Grupo de Trabalho sobre Psicologia no
502 Trânsito: Francine Cristina Prolungati de Oliveira Araújo (CRP 06/85073) e
503 Juliel Modesto de Araújo (CRP 06/98648). **X) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS,**



504 **DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – APAF** –O Conselho Federal de
505 Psicologia divulgou o extrato dos encaminhamentos da Assembleia das
506 Políticas, da Administração e Finanças, realizada nos dias 21 e 22 maio deste
507 ano, em Brasília. O material foi replicado ao plenário para conhecimento e
508 devido ao adiantado da hora, não houve discussão deste ponto, porém a
509 conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa, que compôs a delegação do
510 CRPSP na Assembleia em tela, indica a necessidade de se fazer pedido de
511 ressalva no item 3.1 que debateu a respeito da Resolução CFP nº 03/2016
512 sobre título de especialista em Psicologia em Saúde, pois não existe o
513 encaminhamento registrado de que a Resolução CFP nº 013/2007 deve ser
514 pautada para a próxima Apaf, a partir do procedimento normalmente adotado.
515 **Encaminhamento:** O plenário defere que seja enviado ofício ao Conselho
516 Federal de Psicologia, com cópia a todos os CRPs, de que a informação trazida
517 no item 3.1 está equivocada, pois não há previsão de a Resolução passar
518 novamente em APAF, tampouco isso foi aprovado pelos regionais na ocasião.
519 A síntese dos encaminhamentos da APAF, com essa ressalva, deve ser
520 encaminhada ao plenário. **XI) CREDENCIAMENTO DE SITES** – O plenário
521 concedeu parecer favorável aos pedidos com os seguintes protocolos:
522 606523448 (CRP 06/71666), 606833828 (CRP 06/119556), 306023453 (CRP
523 06/35276), 606834096 (CRP 06/86413 e 3671/J), 706733840 (CRP
524 06/125711), 106734590 (CRP 06/128921), 306434524 (CRP 06/127300),
525 206335158 (CRP 06/78140), 706234898 (CRP 06/128154), 106834122 (CRP
526 06/94963), 506833587 (CRP 06/123435), 106334673 (CRP 06/105616),
527 706233781 (CRP 06/104448 e 5445/J). Concedeu parecer desfavorável ao
528 pedido com o seguinte protocolo: 406734020 (CRP 06/82607). Não se aplica o
529 pedido para obtenção de selo para os protocolos: 806503602 (CRP 06/94116),
530 806633763 (CRP 06/44969), 506523378 (CRP 06/51727), 706735380 (CRP
531 06/125506), 706135792 (CRP 06/5543/J), 206535618 (CRP 06/115679) e
532 cancelou, a pedido, a solicitação de obtenção de selo para o protocolo:
533 306023382 (CRP 06/118431). **XII) ASSUNTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA**
534 - Por motivo de tempo hábil não foi possível apreciação e discussão dos
535 seguintes pontos de pauta, os quais permanecerão relacionados para plenária
536 ordinária subsequente: Assuntos Financeiros, Campanha do ECA, Projeto de
537 Lei Nº 4364, que altera a lei nº 5766/71 (cria CFP e os Conselhos Regionais de
538 Psicologia), Resolução CRPSP sobre Exercício Irregular/Illegal da Profissão,
539 Comissão de Ética, Infraestrutura das Plenárias Éticas; Encontros com
540 coordenadores de Curso de Especialização em Psicologia do Trânsito e Nota
541 Técnica sobre Orientação Sexual “Cura Gay”. Nada mais havendo a tratar, a
542 senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu,

543 conselheiro secretário José Agnaldo Gomes, lavrei a presente Ata, que lida e
544 aprovada será assinada. São Paulo, vinte e cinco de junho de dois mil e
545 dezesseis.



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Adriana Eiko Matsumoto

Maria Ermínia Ciliberti

Aristeu Bertelli da Silva

Marília Capponi

Elisa Zaneratto Rosa

Camila Teodoro Godinho

Gabriela Gramkow

Lívia Gonsalves Toledo

Graça Maria de Carvalho Camara

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Regiane Aparecida Piva

José Agnaldo Gomes

Sandra Elena Sposito

Luís Fernando de Oliveira Saraiva